



MALUF, Sônia Weidner; TORNQUIST, Carmen Susana (orgs.).
Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas, Florianópolis/SC,
Letras Contemporâneas, 2010, 468 pp.

Marisol Marini
Universidade de São Paulo

Por uma Antropologia da Saúde – Gênero, Saúde e Aflição

O livro *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*, organizado por Sônia Weidner Maluf e Carmen Susana Tornquist, contribui para o que a primeira considera ser um processo de consolidação dos estudos de antropologia da saúde no Brasil, ocupando-se do diálogo com uma perspectiva de gênero que se revelou etnográfica e fenomenologicamente relevante, apesar da lacuna existente na literatura brasileira. O livro é resultado de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2006 envolvendo professores e alunos da UFSC e da Udesc, além de outros participantes externos. No total contribuíram para o livro 14 autores(as),¹ responsáveis por 10 artigos, além de uma apresentação e uma entrevista com Maria Lucia da Silveira, realizadas pelas organizadoras do livro.²

O artigo intitulado “Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais”, escrito por Sônia Weidner Maluf, compila toda a proposta da pesquisa, problematiza o campo da “saúde mental”³ no Brasil e a expansão dos domínios de atuação da biomedicina, que se combina com as particularidades históricas e políticas brasileiras, bem como aponta para as metodologias, os desenvolvimentos teóricos e concepções no campo antropológico no qual se baseiam as etnografias e pesquisas presentes no livro, enquadradas dentro de quatro abordagens:



a análise das políticas públicas, o ativismo político, as experiências sociais e a análise dos discursos e práticas no campo da biomedicina. Maluf aponta para três aspectos complementares evidenciados pelos estudos sobre o campo da “saúde mental”, que são, em primeiro lugar, a passagem de um modelo manicomial e exclusivamente psiquiátrico para um modelo ambulatorial, o que é identificado por alguns autores como um processo de “psiquiatrização” da medicina; em segundo lugar, uma “remedicalização” ou “biologização” da psiquiatria consolidada sobretudo com a publicação do DSM III; e por fim, especificamente em Santa Catarina, onde as pesquisas são realizadas, a disseminação do uso de psicofármacos e psicotrópicos, com ênfase nos antidepressivos, que são cada vez mais consumidos não apenas pelos consumidores “tradicionais”, mas cada vez mais por mulheres de classes populares, rurais e indígenas, ao lado do uso de um vocabulário e quadro semântico para falar da perturbação sustentados por uma racionalização médica da experiência subjetiva. No entanto, a incorporação de ideologias e valores advindos do campo científico não acontece sem reinvenção dos usos e sentidos, de acordo com a autora, assim como não se apresentam como única explicação ou lógica terapêutica, pois associado ao consumo desses medicamentos e lógicas se somam o recurso às chamadas medicinas alternativas ou não convencionais, curas rituais ou religiosas.

O artigo seguinte, “Velhas histórias, novas esperanças”, escrito por Carmen Susana Tornquist, Ana Paula Muller de Andrade e Marina Monteiro, apresenta reflexões a respeito da disseminação e impacto do diagnóstico de depressão, assim como seu tratamento e medicalização, especialmente entre moradores de um bairro de Florianópolis marcado pela experiência social coletiva de participação no Movimento dos Sem Teto, no início da década de 1990. Apesar de estarem interessadas e partirem de uma perspectiva inicial que buscava compreender uma dimensão das



experiências sociais a respeito do diagnóstico de depressão, as autoras se depararam com outros discursos sociais sobre a experiência de sofrimento e aflição que destacavam outras vivências pessoais e políticas. Assim, articulando narrativas individuais e seus itinerários terapêuticos, narrativas coletivas, entrevistas formais e informais com moradores de duas comunidades e com profissionais de saúde, as autoras puderam demonstrar que as narrativas sobre experiências de sofrimento e aflição estão muito mais localizadas nas experiências individuais e sociais, no contexto social no qual as pessoas estão inseridas, do que em explicações essencialistas presentes em várias políticas públicas, entre elas as explicações referentes aos ciclos biológicos, à herança genética e às predisposições naturais.

O artigo “A construção da pessoa na experiência da deficiência: corpo, gênero, sexualidade, subjetividade e saúde mental” é de autoria de Anahí Guedes de Mello. Seu intuito é analisar as narrativas de pessoas com deficiência e procurar compreender como as categorias articulam-se na manifestação de uma identidade política e como as experiências com as deficiências constituem um modo de subjetivação e constituição de sujeitos. Para a autora, trata-se de ir além da concepção da deficiência como um dos componentes da diversidade humana e considerar que a experiência da deficiência não se dá sempre da mesma forma, ou seja, há vários modos de ser cego, surdo ou tetraplégico, o que ressalta a importância de se considerar as experiências individuais e subjetivas dos sujeitos, tomando a deficiência como um terreno para elaboração de estratégias de subjetivação (singular ou coletiva).

O artigo “Itinerários terapêuticos e modelos de sofrimento entre voluntárias da Pastoral da Saúde do Bairro Saco Grande II – Florianópolis/SC”, escrito por Milena Argenta, aborda as narrativas sobre sofrimento e busca da cura que ilustram o caráter processual da doença, que é referi-



da como uma crise e um marcador narrativo de ruptura. Assim como nos artigos anteriores, a autora demonstra que há uma valorização do diagnóstico e do tratamento médico, e que, no entanto, sua adesão não exclui a existência de outros métodos terapêuticos. Argenta defende haver uma interação entre os saberes ditos leigos e os saberes ditos científicos na fundamentação das representações sobre o corpo, saúde e doença nas classes populares, e sua intenção é demonstrar que os sujeitos são ativos na interpretação de suas perturbações e nas tentativas de amenizá-las.

Em “A obrigação de cuidar: mulheres idosas em uma comunidade de Florianópolis”, Diana Brown reflete sobre a predominância de mulheres como “cuidadoras principais” de idosos doentes e a imbricação desse cuidado com redes de cuidado mais amplas dentro da rede familiar. A partir de uma leitura crítica da literatura sobre envelhecimento da população brasileira, que negligencia a importância dos contextos locais para a configuração de valores e significados sobre o envelhecimento, sobre o cuidado e a experiência dos cuidadores, a autora aponta a importância de se considerar alguns aspectos da “identidade nativa” que são significativas na moldagem da natureza do ato de cuidar, bem como para a compreensão da adoção de uma linguagem biomédica para explicação das aflições. Brown demonstra que, embora as regras sobre o cuidado não estejam explícitas na sociedade, uma quebra no cuidado familiar sublinha quais são as regras que governam as expectativas da comunidade em relação aos cuidadores.

Em “O gênero no movimento da reforma psiquiátrica brasileira”, Ana Paula Müller de Andrade discute aspectos relacionados à questão de gênero no âmbito da assistência, militância e política pública na reforma psiquiátrica brasileira, iniciada na década de 1970. A autora fundamenta o momento histórico do qual esse movimento é fruto e que possibilitou que a reforma pudesse avançar e alcançar seus objetivos, problema-





tizando o protagonismo das mulheres nas diversas esferas do campo da “saúde mental”, partindo do entendimento de que tanto gênero quanto “saúde mental” são construções sociais, historicamente implicadas na configuração dos saberes e fazeres e nos modos de subjetivação.

O artigo seguinte, “Serviço Residencial Terapêutico – morada do gênero”, de Maika Arno Roeder, apresenta uma reflexão a respeito do impacto e desdobramentos da reforma psiquiátrica a partir de uma etnografia realizada em um Serviço Residencial Terapêutico de Santa Catarina, o Residencial Pomar – fruto da reforma psiquiátrica – onde se constrói outro lugar social para abrigar o sofrimento psíquico, no qual os sujeitos passam de “pacientes” para “moradores”. Para a autora, o Residencial Pomar contribui para uma visão comunitária, acolhimento e reintegração das residentes, supre a carência de moradia e ao mesmo tempo dá suporte ao acompanhamento psiquiátrico e clínico. Porém, a luta pela superação da posição de paciente não se dá sem um preço, na medida em que a construção de sujeitos singulares parece ser feita com base em evidências naturalizadas e fundamentadas na imagem tradicional de mulher e dos papéis tradicionais femininos.

Em “*A minha melhor amiga se chama fluoxetina*”: consumo e percepções de antidepressivos entre usuários de um Centro de Atenção Básica à Saúde”, Eliana Diehl, Fernanda Manzini e Marina Becker refletem sobre o impacto dos medicamentos psicotrópicos e a ampliação da intervenção medicamentosa sob a subjetividade contemporânea, bem como a naturalização do social que induz a medicalização dos problemas e a desconsideração da subjetividade das usuárias. As autoras analisam a distribuição de antidepressivos em um Centro de Saúde de Florianópolis, caracterizando o consumo e a percepção do uso de fluoxetina, que é o antidepressivo mais prescrito segundo os dados levantados na pesquisa, e exploram a complexa relação entre gênero e pres-





crição de antidepressivos. Além da análise dos dados quantitativos, as autoras apresentam as concepções de duas usuárias para demonstrar que o processo de saúde-doença é um evento marcado por um contexto sociocultural e político específico, que afeta as formas de consumo e as percepções dos medicamentos, e não um evento biológico universal como propõe a biomedicina.

Rogério Azize em “Notas de um ‘não-prescritor’: uma etnografia entre estandes da indústria farmacêutica no Congresso Brasileiro de Psiquiatria” constrói uma instigante e até irreverente⁴ narrativa sobre sua etnografia realizada no Congresso Brasileiro de Psiquiatria, de 2007, que é descrito como um espaço de evidente tensão entre diferentes paradigmas a respeito da saúde mental/cerebral. O autor localiza sua observação na área dos expositores, ou seja, onde se encontram os estandes da indústria para a divulgação de medicamentos. Seu relato não é linear e tem pretensões muito mais etnográficas do que teóricas. Por isso, Azize reflete sobre sua condição de “estudante” que está destacada na cor do seu crachá e que faz dele um “não-prescritor”: descreve o espaço, a distribuição dos estandes e suas estratégias de divulgação dos medicamentos, assim como as concepções sobre os medicamentos e as doenças e a fina relação entre os medicamentos e as ações de *marketing*. Apesar de enfatizar a cisão e tensão entre as perspectivas clínicas que marcam o campo da saúde mental/cerebral, na visão do autor tal cisão não é novidade, por isso sua contribuição maior se dá em relação à tendência atual de medicamentação da subjetividade que subsume a mente ao cérebro, o psicológico ao orgânico, além de ressaltar a existência de vozes dissonantes.

O último artigo do livro, de Fabíola Rohden, chama-se “O que se vê no cérebro: a pequena diferença entre os sexos ou a grande diferença entre os gêneros?”. Nesse artigo a autora discute a recorrência da tenta-





tiva de descrever em bases naturalizantes as diferenças de gênero por parte da ciência, enfocando especialmente as representações sobre o cérebro, que podem ser vistas como sintetizadoras do empenho em caracterizar as diferenças de gênero. Provocativamente Rodhen busca essas representações em dois momentos distintos da produção científica, destacando a relação intrínseca entre produção científica e hierarquia de valores baseada em uma concepção dualista de gênero construída nos últimos séculos. A autora coteja o tema da diferença entre os sexos em teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX e em textos contemporâneos de divulgação científica, e discute a natureza das conexões em jogo e o modo como o gênero entra em cena nos trabalhos que tratam sobre a diferença entre os cérebros das mulheres e dos homens em diferentes momentos. Apesar das particularidades, ela constatou haver uma preocupação comum em definir as diferenças de gênero em termos biológicos e uma surpreendente insistência na descoberta e na explicação naturalizante das diferenças. Para ela, a permanência de explicações naturalizantes que busca suas razões em causas biológicas e que reserva o sinal mais positivo na escala de valores ao lado masculino em momentos distintos – meados do século XIX e início do século XXI – leva a supor que algum tipo de mecanismo muito resistente pode estar em cena.

Para finalizar, “Nervos e nervosas no contexto das aflições contemporâneas: entrevista com Maria Lucia da Silveira” apresenta uma entrevista realizada por Carmen Susana Tornquist e Sônia Weidner Maluf com Maria Lucia da Silveira, autora do livro *O nervo cala, o nervo fala*, publicado em 2000, que se tornou referência nos estudos antropológicos de saúde e doença dos nervos no Brasil. Nesse livro, a autora distancia-se de sua formação “naturalista” e “objetivista”, buscando compreender as dimensões sociais da experiência, desbravando campos que são





explorados no presente livro. A entrevista faz um balanço que busca articular a questão dos “nervos” e do “nervoso” com o contexto atual de disseminação da depressão dez anos depois da publicação de *O nervo fala, o nervo cala*.

Além da relevância temática e da qualidade dos artigos, é preciso destacar a diversidade de temas e formação dos autores(as) que estão orquestrados na composição do livro. Desse modo, a leitura é recomendada não apenas a Antropólogos, Sociólogos, Cientistas Sociais e pesquisadores e estudantes da área de Humanidades, mas a todos aqueles interessados em questões relativas a gênero e saúde, especialmente do chamado campo da “saúde mental” nas culturas urbanas brasileiras contemporâneas.

O livro cumpre seu objetivo de trazer uma contribuição para a compreensão do contexto atual do campo da saúde mental no Brasil a partir da abordagem antropológica e revisão da literatura existente sobre o assunto, bem como uma reflexão sobre a importância de se repensar a forma como os saberes e tecnologias da biomedicina acabam por construir, reforçar e reproduzir as desigualdades e hierarquias de gênero.

Notas

- ¹ No final do livro há uma interessante ficha que apresenta informações sobre a formação e áreas de atuação de todos os colaboradores do livro, o que facilita o acesso e consulta.
- ² Optei por respeitar a sequência do livro, embora os artigos possam ser agrupados seguindo diversas lógicas. As organizadoras justificam que a distribuição dos capítulos buscou contemplar a seguinte ordem: uma contextualização geral, as experiências sociais, a desinstitucionalização da saúde mental no Brasil, a cultura dos medicamentos e a produção científica da diferença e da medicalização.





- ³ A autora ressalta que saúde mental não se trata de uma categoria antropológica, mas sim uma categoria ligada às políticas públicas e programas governamentais englobados sob a ideia de uma política de “saúde mental”.
- ⁴ O próprio autor reconhece que parte do seu relato pode soar engraçada e até irônica. No entanto, ressalta a seriedade com a qual um tema como saúde mental deve ser encarado. Segundo ele, o relato engraçado e até irônico se deve à condição do espaço dedicado à divulgação de medicamentos, que funciona também como uma área de lazer para os congressistas. Além do mais, a estranheza que salta aos olhos de um observador “externo” pode nos fazer reconhecer com maior facilidade a peculiaridade das cenas e situações.

